

anarquia e anarquismo

eduardo colombo*

Nossa época, aberta às contradições e paradoxos, massacrada pela chapa de chumbo de um pensamento politicamente correto, aprendeu a deixar um espaço de gueto para a divergência e a marginalidade, desde que não se ultrapasse um certo umbral para além do qual as idéias tornam-se ação, e a heresia subversão.

Assim, a anarquia exala um pouco menos a enxofre que antes e, edulcorada sob o qualificativo de “libertária”, saiu dos *bas-fonds* proletários para tornar-se uma palavra leve, e mesmo de bom tom nos salões e na imprensa, principalmente quando desliza em direção à direita e é acoplada ao adjetivo “liberal”. No entanto, as definições dos dicionários são interessantes por deixarem transparecer a persistência do pano de fundo semântico no qual a anarquia é incompatível com a ordem social estabelecida.

* Anarquista argentino, foi professor da Universidad de la Plata y Buenos Aires, onde editou *La Protesta*. Radicado em Paris, desde os anos 1970, é psicanalista, participou de diversas publicações e atualmente edita *Réfractons*. “Anarchie et anarchisme”, Paris, *Réfractons*, 2001, n.º 7.

Textos antigos como o Dicionário da Academia Francesa, de 1694, estabelecem: “Anarquia: estado desregrado, sem chefe ou qualquer tipo de governo”, e a Enciclopédia de 1751: “Anarquia é uma desordem num Estado, e consiste no fato de que ninguém tem suficiente autoridade para comandar e fazer com que as leis sejam respeitadas, e onde conseqüentemente o povo se conduz como quer, sem subordinação e sem polícia”.

O *Litttré*, edição de 1885, diz: “Anarquia: ausência de governo e, em conseqüência, desordem e confusão”; “Anarquista: promotor de anarquia, perturbador”. A palavra “anarquismo” não figura no *Litttré*. Contudo, o Grande Dicionário Universal do século XIX, de Pierre Larousse (1866), entre as definições habituais da anarquia, reconhece um outro tom, e cita: “Como o homem busca a justiça na igualdade, a sociedade busca a ordem na anarquia (Proudhon)”. E Larousse faz a seguir o seguinte comentário que, diga-se de passagem, lhe valeu o reconhecimento de Pierre-Joseph Proudhon: “O sr. Proudhon deu o nome, aparentemente paradoxal, de an-arquia, a uma teoria social que se baseia na idéia de contrato, em substituição àquela de autoridade. É preciso esclarecer que a anarquia proudhoniana não tem nada em comum com aquela da qual falamos acima. Sob esse nome, o célebre pensador apresenta uma organização da sociedade onde a política encontra-se absorvida na economia social, e o governo na administração, onde a justiça comutativa, estendendo-se a todos os fatos sociais e produzindo todas as suas conseqüências, realiza a ordem pela própria liberdade, e substitui completamente o regime feudal, governamental, militar, expressão da justiça distributiva.”¹ Isto não o impede de colocar como antônimos de anarquia: “ordem, paz ou tranquilidade pública” e não “Estado, poder político, autoridade”.

A Encyclopaedia Britannica dá, em sua 11^a edição de 1910, a palavra a Kropotkin para explicar o verbete

anarquismo: “Nome dado a um princípio ou a uma teoria da vida e da conduta segundo os quais a sociedade é concebida sem governo”. “Os anarquistas consideram — diz ele — o sistema salarial e a produção capitalista como um obstáculo ao progresso. Mas eles também ressaltam que o Estado foi e continua a ser o principal instrumento que permite a alguns monopolizar a terra e aos capitalistas apropriarem-se de uma parte completamente desproporcional da mais-valia acumulada no ano da produção.”

Entretanto, como o Estado encontra-se sempre presente, as idéias que o sustentam permanecem sem poder, sociedade política, *nomoi*, regras. No *Petit Robert* de 1970, encontramos a mesma definição tradicional “Anarquia: *polit.* Desordem resultante de uma ausência ou carência de autoridade”, mas com a palavra “anarquismo” chegamos a uma formulação quase correta: “Concepção política que tende a suprimir o Estado, a eliminar da sociedade qualquer poder dispondo de um direito de coerção sobre o indivíduo.”. Assim, a anarquia, é a desordem em consequência da carência de um poder estatal de coerção, definição eminentemente ideológica que estabelece uma relação de causalidade entre a ausência de governo e desordem, relação que o anarquismo precisamente nega. Evidentemente, o anarquismo busca a anarquia, afirmando que uma sociedade sem poder político institucionalizado, sem Estado, é a mais alta expressão da ordem.

Bakunin escreveu em *Estatismo e Anarquia*², livro que acompanha o nascimento do movimento no interior da vertente anti-autoritária da Primeira Internacional: “Pensamos que o povo não poderá ser feliz e livre senão quando, organizando-se de baixo para cima, por meio de associações autônomas e inteiramente livres, fora de qualquer tutela oficial, mas de forma alguma fora de influências diversas e livres numa igual medida de individualidades e partidos, ele próprio criar sua vida”. Ele afirmara no pa-

râgrafo precedente que: “Qualquer poder de Estado, qualquer governo, colocado por sua natureza e posição fora ou acima do povo, deve necessariamente esforçar-se para submeter este último a regras e a objetivos que lhe são exteriores”. Portanto, “nós nos declaramos inimigos de todo poder de Estado, de todo governo, inimigos do sistema estatal em geral.” E conclui: “São essas as convicções dos revolucionários-socialistas, e é por isso que são chamados anarquistas. Não protestamos contra esse epíteto, pois somos, de fato, inimigos de qualquer autoridade, e sabemos que esta exerce o mesmo efeito perverso tanto sobre aqueles que dela são investidos quanto sobre aqueles que devem a ela se submeter. Sob sua ação deletéria, os primeiros tornam-se déspotas ambiciosos e ávidos, exploradores da sociedade visando lucro pessoal ou de casta; os outros, escravos.”

Desde o congresso de Saint-Imier e esse escrito de Bakunin, passaram-se mais de cento e vinte anos e, com o vigor da experiência do movimento anarquista, de seus avatares, de sua sorte muitas vezes trágica, do medo que ele sempre suscitou nos proprietários e donos deste mundo, e da violenta repressão que eles lhe opuseram, nós, os anarquistas de hoje, orgulhosos da vivacidade de nossas idéias, podemos continuar a afirmar a anarquia como uma proposta para o futuro, como um caminho para as gerações vindouras.

Diremos, então, que a anarquia designa um regime social baseado na liberdade individual e coletiva, regime do qual é banida qualquer forma institucionalizada de coerção e, conseqüentemente, qualquer forma instituída de poder político (ou de dominação).

A liberdade anarquista, enquanto princípio positivo de organização política da sociedade, é a outra face da negação do princípio de autoridade, negação constitutiva do conceito de anarquia que atrai o acordo geral de todos

aqueles que se reconhecem no anarquismo em todas as suas variantes, do individualismo ao comunismo (deixaremos aqui de lado este monstro híbrido e contra-natureza chamado anarquismo de direita).

Se falamos de liberdade anarquista é porque dois elementos dão sua especificidade a essa liberdade própria a uma sociedade anarquista; um é a ruptura radical com a continuidade sócio-histórica do princípio do comando-obediência constitutivo de qualquer poder instituído, de qualquer “Estado” (paradigma tradicional da dominação justa). O outro é que, para os anarquistas, a liberdade não pode ser separada de uma sinergia dos valores, na qual a igualdade é sua condição necessária. Assim, a liberdade é uma criação social historicamente determinada, como aliás a dominação; apenas a negação escapa desse determinismo da ação acabada e torna-se a força criadora, a vontade de inovação. Proudhon escreve: “A negação em filosofia, em política, em teologia, em história, é a condição prévia da afirmação. Todo progresso começa por uma abolição, toda reforma se apóia na denúncia de um abuso, toda nova idéia repousa sobre a insuficiência demonstrada da antiga.” Da negação do governo surge a idéia positiva “que deve conduzir a civilização a sua nova forma”.³ Dito com as palavras de Bakunin: “A vontade — ou a paixão — de destruir é ao mesmo tempo uma vontade criadora.”⁴

Segue-se a crítica sem concessões ao contrato social dos liberais, tanto na linha lockeana quanto rousseauiana. Os “doutrinários liberais” afirmam que a liberdade individual é anterior à sociedade política e que cada indivíduo aliena-se no “pacto social”, na ficção de uma unidade coletiva abstrata depositária da soberania. Para os anarquistas, ao contrário, a liberdade advém na história. A idéia liberal que pressupõe os homens como “todos naturalmente livres, iguais e independentes”⁵, antes da sociedade política, serve para legitimar a existência do Estado. A partir

de um pacto ou contrato primitivo teorizado como um ato de fundação do poder político “que supõe ao menos por uma vez a unanimidade”, os liberais justificam o dever de obedecer àqueles que comandam e de aceitar as leis impostas pelos diferentes regimes. “De fato, se não houvesse qualquer convenção anterior onde estaria”⁶ a obrigação de submeter-se ao Governo ou de obedecer à lei? De onde viria o direito de coagir do Estado?

“O homem só chega com muita dificuldade à consciência de sua humanidade e à realização de sua liberdade.” É no interior da sociedade, com os outros seres humanos, que a idéia de liberdade aparece e se desenvolve como um valor a ser conquistado. A liberdade é “a grande meta, o fim supremo da história.”⁷

Dessa proposição decorre que, sendo a liberdade uma criação sócio-histórica, ela é a obra do coletivo humano. Nem nada, nem ninguém, nem deuses nem a natureza, dão ao homem sua liberdade. Ele se dá a si próprio, ele institui seu *nomos*, sua regra, sua “lei”. A anarquia estabelece, de início, um corte radical com qualquer heteronomia.

A anarquia é, portanto, a figura de um espaço político não hierárquico organizado para e pela autonomia do sujeito da ação (a autonomia do sujeito humano, sujeito construído como forma individual ou coletiva). A construção desse espaço público, e das instituições que o tornarão possível, é uma tarefa sempre inacabada. Mesmo na sociedade mais aberta e mais livre que se possa conceber, o anarquista será um transgressor da norma; contra aquilo que é, ele estará ao lado daquilo que, ainda não sendo, tem a possibilidade de advir. “Tudo está na história, no social-histórico, mas o anarquismo não é historicista”.⁸

Errico Malatesta escreveu: “Não se trata de fazer a anarquia hoje, ou em dez séculos, mas de avançar na

direção da anarquia hoje, amanhã, sempre.” Ele pensava que a anarquia somente seria possível se o homens a desejassem e se colocassem em ação uma vontade revolucionária. “A existência de uma vontade capaz de produzir efeitos novos, independentes das leis mecânicas da natureza, é um pressuposto necessário para aqueles que sustentam que é possível reformar a sociedade.”⁹ E para ir na direção de um “estado de sociedade sem governo, sem poder, sem autoridade constituída”¹⁰ é preciso, então, pensá-lo e querê-lo. Assim concebida, a anarquia inscreve-se na longa duração da História, ela se identifica com o espírito de revolta e com o desejo de liberdade, mas acrescenta um conteúdo conceitual, uma imagem de sociedade que lhe é própria.

Com um certo anacronismo, autores diversos pensaram ver no passado longínquo o sopro da anarquia: mesmo Max Nettlau, o Heródoto da anarquia como é chamado por Rudolph Rocker, vai buscar na Antiguidade a “lembrança de revoltas e até de lutas, que nunca atingiram seus fins, levadas a cabo por alguns rebeldes contra mais poderosos” e, segundo o mito dos Titãs ou de Prometeu, passando pelos heréticos contra os dogmas do papado romano, os Irmãos do livre espírito, os discípulos de Huss, os libertinos, os mártires como Servet ou Bruno, a Abadia de Telemo, os furiosos, Babeuf e Maréchal, até a *Enquiry concerning Political Justice* de Godwin, ele irá encontrar aí os precursores desses anarquistas que talvez um dia darão fim à “longa noite da era autoritária”. Todas essas lutas, esses esforços, esses sofrimentos, as aspirações desses vencidos muitas vezes mergulhados em sangue, são momentos formidáveis no caminho da liberdade; eles abriram o caminho para o anarquismo, mas ainda não fazem parte da idéia da anarquia.

O trono desmorona e o altar treme, a república substitui a monarquia de direito divino, mas a luta contra a au-

toridade instalada não significa em si a negação de toda autoridade, nem se alinha necessariamente com a imagem de uma sociedade sem coerção. Como diz Claude Harmel, em sua *Histoire de l'anarchie*:

“Se incluíssemos na linhagem anarquista todos aqueles que se revoltaram contra o poder, contra a idéia de poder, a história da anarquia se confundiria com a história dos homens: ela seria o avesso da história universal.”

Imaginar a anarquia como a definimos, pensar a teoria ou o projeto de uma sociedade anarquista, é uma possibilidade que aparece em um momento particular da história do Ocidente e que não surge, acabada e por acaso, da cabeça de um rebelde genial; ela é o produto das condições reais da exploração e da dominação de classe, da forma estatal do poder político e das lutas sociais conexas. Ela é filha da Luzes e da Revolução Francesa. Mas, uma vez concebida, ela não se reduz às condições que determinaram seu nascimento. Sua força expansiva propaga-se como um valor à disposição de toda a humanidade. Além disso, as idéias em geral não tem uma origem identificável, elas existem em embrião, ou em fragmentos, aqui e ali, mas elas se solicitam, reúnem-se, reorganizam-se e adquirem, retrospectivamente, um sentido novo quando uma nova situação social as faz viver. A idéia surge da ação e deve voltar à ação, afirmava Proudhon¹¹, e Bakunin vai mais longe¹²: é preciso ir da vida à idéia. “Quem se apóia na abstração, aí encontrará a morte”.

Quando o movimento anarquista se constitui como tal — origem que podemos situar historicamente, para dar uma data simbólica, no congresso de Saint-Imier — o anarquismo irá se tornar um *corpus* teórico que organiza, sistematiza, representa e justifica a luta, e os métodos de luta, para chegar a uma transformação profunda da sociedade visando construir um espaço político — ou regime político — concebido como anarquia.

A anarquia é a meta, a finalidade do anarquismo. No entanto, o conteúdo socialista do anarquismo não se concentra em uma única tendência e, de acordo com os momentos da história e as regiões do globo, as correntes anarco-individualistas, mesmo minoritárias, sempre irão manifestar sua presença. Evidentemente, pela própria lógica que emana de suas premissas, e também pelo espírito iconoclasta que lhe é inerente, o anarquismo nunca será redutível a uma única doutrina, nem a um pensamento justo ou correto. Sem centro, sem dogma, combatendo sem trégua qualquer grupo que em seu nome pretender definir uma ortodoxia, o anarquismo será múltiplo, diverso, multicolorido.

Por essas mesmas razões, Malatesta dava, ou melhor, acrescentava, uma outra interpretação para a distinção entre anarquismo e anarquia. Ele queria liberar o anarquismo de qualquer ligação com um espírito de sistema, sempre restritivo, que o faria depender de uma “verdade” científica ou uma demonstração filosófica. “O anarquismo nasceu da rebelião moral contra as injustiças sociais”, da luta contra a exploração e a opressão; somente o desejo e a vontade de mudar justificam a anarquia. “A anarquia [...] é o ideal que talvez nem mesmo se realize, assim como nunca se atinge a linha do horizonte, que se distancia conforme nos aproximamos dela, [em contrapartida] o anarquismo é um método de vida e de luta, e deve ser praticado hoje e sempre, pelos anarquistas, no limite das possibilidades que variam de acordo com os tempos e as circunstâncias.”¹³ O anarquismo, como teoria da sociedade e da revolução ou como método de ação, pertence à *épistémè* de sua época e depende do clima social onde ele se desenvolve. A anarquia, como valor, é mais ligada à negação do presente e à aspiração, que gostaríamos de acreditar universal, a um mundo de livres e iguais.

Assim, se a idéia, e mesmo a palavra “anarquia” podem ser encontrados na palavra de alguns precursores — Willian Godwin, Pierre-Joseph Proudhon, Anselm Bellegarrigue, Ernest Coeurderoy, Joseph Déjacques — o anarquismo revolucionário e socialista é construído assim que termina a Comuna.

O pensamento coletivo elaborado no interior da velha Internacional vai se desenvolver, para os anarquistas, sobre algumas linhas de força maiores: o enfrentamento e a não-colaboração das classes, o internacionalismo, o federalismo, a ação direta. Os prodhonianos haviam se tornado minoria — os marxistas também o eram, como sempre o foram — no interior da Primeira Internacional — quando Eugène Varlin escreveu a James Guillaume (dezembro de 1869): “Os princípios que devemos nos esforçar para fazer prevalecer são aqueles da quase unanimidade dos delegados da Internacional no congresso de Bâle (setembro de 1869), ou seja, o coletivismo ou o comunismo não-autoritário.”¹⁴

Na época, o que fora afirmado e representado pelo coletivismo era que a terra e os instrumentos de trabalho, todos os meios de produção, deveriam ser propriedade coletiva. Que o Estado seria substituído pela livre federação dos produtores, e o assalariado pelo trabalho associado, que garantiria a todos e a cada um o produto integral de seu trabalho. “De cada um segundo seus meios, a cada um de acordo com seu trabalho.”

Para os primeiros internacionalistas, para Bakunin e Guillaume, para os jurassianos, este princípio dito coletivista era suficiente; os espanhóis permaneceram ligados a ele até o fim do século. Eles pensavam que após a revolução, cada grupo ou coletividade avaliaria, em função de suas possibilidades, qual modo de distribuição do produto poderia ser adotado. Guillaume reconhecia que a repartição (ou a divisão) era “talvez o pon-

to mais delicado de toda a organização social...” e nunca quis abandonar o ponto de vista coletivista.

Mas ninguém tinha uma idéia clara — pensava Malatesta em sua polêmica com Nettlau em 1926¹⁵ — quanto ao modo de atribuir a cada indivíduo, ou a cada associação, a parte do solo, a matéria prima e os instrumentos de trabalho que lhes caberia, nem como medir o trabalho de cada um, nem como estabelecer um critério de valor para a troca. A seção italiana da Internacional, no congresso de Florença de 1876, será a primeira a adotar o comunismo anarquista para resolver esse problema. Os delegados pensaram que a única solução para realizar o ideal da fraternidade humana escapando de qualquer embrião de governo, e ao mesmo tempo, eliminando as insolúveis dificuldades da medida do esforço do trabalho e do valor do produto, era a organização comunista na qual cada um daria, voluntariamente, sua contribuição à produção e consumiria livremente aquilo que necessitava.¹⁶ Essas opiniões foram rapidamente difundidas no Jura e em Genebra por François Dumartheray, Carlo Cafiero, Elisée Reclus, Piotr Kropotkin e outros, retomadas em seguida pelo *Révolté* de Genebra e de Paris e, a partir dos anos 1879-80, elas se generalizaram para a quase totalidade do movimento anarquista. Assim, o anarco-comunismo propagou o lema: “De cada um, segundo suas forças, a cada um segundo suas necessidades.”

Alguns, como Nettlau, que cita a seu favor os “corajosos anunciadores de um anarquismo sem hipótese econômica, como Ricardo Mella e Voltairine de Cleyre”, continuaram a defender o anarco-coletivismo e a recriminar os anarco-comunistas por seu desejo de ir o mais longe possível sem ver que o comunismo exigia a abundância, e que a Revolução deve resolver, assim que terminada, o problema do abastecimento de todos, sendo

certo que isso se dará em meio à penúria. “Tomar indistintamente” seria um desastre para os revolucionários.

É possível, reconhece Malatesta, que “no entusiasmo dos iniciadores nós tenhamos imaginado as coisas mais simples e mais fáceis do que elas são na realidade, mas não deixamos de compreender e de ressaltar que a abundância é uma condição necessária do comunismo, e que essa abundância não pode ser produzida num regime capitalista.” [...] “O talento literário e o grande prestígio de Kropotkin tinham tornado aceitável a infeliz fórmula *della presa nel mucchio* (tomar indistintamente), mas “retornando da América do Sul (1890), chamei a atenção para o absurdo da crença na abundância, e tentei demonstrar que o prejuízo provocado pelo regime capitalista não é tanto a criação de um enxame de parasitas, mas o de impedir a abundância possível, detendo a produção ali onde se detém o lucro do capitalista.”¹⁷

O anarquismo revolucionário permaneceu comunista mesmo sabendo que nem a anarquia nem a passagem de uma economia de sobrevivência para uma economia de abundância podem ser feitas em um dia, mas que a luta para chegar a isso é de hoje, de amanhã e de sempre.

Tradução do francês por Martha Gambini.

Notas

¹ “Distinguem-se comumente a justiça distributiva e a justiça comutativa. A primeira, exercida por via de autoridade, consiste na repartição dos bens e dos males segundo o mérito das pessoas. A justiça comutativa, ao contrário, consiste na igualdade das coisas trocadas, na equivalência das obrigações e das cargas estipuladas nos contratos. Ela comporta a reciprocidade, e se fosse realizada em estado

puro, excluiria a intervenção de um terceiro, ao passo que essa intervenção é a própria condição do exercício da justiça distributiva. “1. Commutative (justice), in *Vocabulaire technique et critique de la philosophie de André Lalande* (1991).

² Michel Bakounine, *Étatisme et Anarchie*. Œuvres complètes, éd. Champ libre, Paris, 1976, vol. iv, p. 312 (escrito em 1873, *Estatismo e anarquia* é o último texto de Bakunin publicado antes de sua morte, ocorrida em 1876). Há publicação em português como *Estatismo e anarquia*, Tradução de Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Imaginário/Nu-Sol/Ícone, 2003. (N. E.).

³ Pierre-Joseph Proudhon, *Du principe d'autorité – Idée générale de la révolution au XIX^e siècle*, Paris, éd. de la Fédération anarchiste, 1979, p. 82 (ver crítica de Rousseau: pp. 94-96).

⁴ Michel Bakounine, “La Réaction en Allemagne” [1842], in *l'Anarchisme aujourd'hui de Jean Barrué*, Paris, Spartacus, 1970 (A tradução feita por Barrué da célebre fórmula é: “A volúpia de destruir é ao mesmo tempo uma volúpia criadora!!!), p. 104. Lemos essas linhas estranhamente semelhantes trinta anos após em *Estatismo e anarquia* : “Essa paixão negativa da destruição está longe de ser suficiente para levar a causa revolucionária ao nível desejado; mas sem ela essa causa é inconcebível, e mesmo impossível, pois não há revolução sem destruição profunda e apaixonada, destruição salvadora e fecunda, porque precisamente dela, e somente por ela, são criados e produzidos novos mundos.”

⁵ John Locke, *Traité du gouvernement civil*, chapitre VIII: Du commencement des sociétés politiques.

⁶ Jean-Jacques Rousseau, *Du contrat social*, livre I, chapitre V.

⁷ Michel Bakounine, “l'Empire knouto-germanique [Dieu et l'État]”, in *Bakounine*, Œuvres complètes, vol. viii, éd. Champ libre, Paris, 1982. Publicado em português como *Deus e o Estado*, Tradução de Plínio Augusto Coelho, São Paulo, Imaginário/Nu-Sol/Soma, Coleção Escritos Anarquistas, 2000, v. 9. (N.E.).

⁸ Por “historicismo” entendemos o ponto de vista que toma como norma aquilo que é historicamente consagrado; Feuerbach denuncia no historicismo uma forma de relativismo histórico levando à aceitação não crítica do mundo presente. Se o historicismo torna-se prospectivo, ele verá no fim da história o cumprimento de uma finalidade: o advento do reino de Deus, ou o triunfo do proletariado.

⁹ Errico Malatesta. *Pensiero et Volontà*, n° 2, Roma, 1926. “Ancora su scienza e anarchia”, in Scritti, Ginevra, 1936, III vol., p. 211.

¹⁰ A. Hamon. *Socialisme et Anarchisme*, Paris, éd. E. Sansot et Cia, 1905 (Definição de anarquia, p. 114).

¹¹ Pierre-Joseph Proudhon. *De la Justice dans la Révolution et dans l'Église*, Paris, Garnier Frères, 1858, tome II, p. 215.

Anarquia e anarquismo

¹² Michel Bakounine. *Étatisme et Anarchie*, op. cit., p. 309.

¹³ Errico Malatesta. “Repubblicanesimo sociale e anarchismo”, *Umanità Nova*, n° 100, Roma, 1922, in Scritti, Ginevra, 1936, vol. II, pp. 42-43.

¹⁴ James Guillaume. *l'Internationale. Documents et souvenirs*, édit. Grounauer, Genève, 1980, vol. I, p. 258

¹⁵ Errico Malatesta. *Pensiero et Volontà*, n° 14, Roma, 1926. “Internazionale collettivista e comunismo anarchico” in Scritti, Ginevra, 1936, III vol., p. 253 e sgs (ver também os dois artigos de Max Nettlau publicados no Suplemento de *La Protesta* de Buenos Aires : “Colectivismo y comunismo antiautoritario en la concepción de P. Kropotkin”, 20 de setembro de 1928; “Algunos documentos sobre los orígenes del anarquismo comunista” [1876-1880], 6 de maio de 1929).

¹⁶ Idem, p. 260.

¹⁷ Ibidem, pp. 263-264.

RESUMO

A importância do comunismo anarquista, situado historicamente, no interior dos anarquismos.

Palavras-chave: Anarquismos, comunismo anarquista, anarco-sindicalismo.

ABSTRACT

The importance of the anarchist communism, historically located inside the anarchists practices.

Keywords: anarchism, anarchist communism, anarco-syndicalism.

Indicado para publicação em 15 de março de 2004.